

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

História dos Animais: Fontes, Temas e Problemas

Esta é a primeira de um ciclo de atividades em especialidades em duas especialidades em duas para casamentos, baptizara casamentos, baptizados e banquetes. E osados e banquetes. E a unica depositaria da afaunica depositaria da afaunica Guarana Espumantada Guarana Espumantada e do excelente choro e do excelente choro. A Laeta, fabricados em Laeta, fabricados em S. Paulo pelos Srs. ZOS. Paulo pelos Srs. ZOS. Loureiro & Capotta Loureiro & Capotta. A Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira.

Esta é a primeira de um ciclo de atividades em especialidades em duas especialidades em duas para casamentos, baptizara casamentos, baptizados e banquetes. E osados e banquetes. E a unica depositaria da afaunica depositaria da afaunica Guarana Espumantada Guarana Espumantada e do excelente choro e do excelente choro. A Laeta, fabricados em Laeta, fabricados em S. Paulo pelos Srs. ZOS. Paulo pelos Srs. ZOS. Loureiro & Capotta Loureiro & Capotta. A Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira.





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora: Isabela Fernandes Andrade Vice-Reitora: Ursula Rosa da Silva Chefe de Gabinete: Rafael Eicholz Rutz Pró-Reitora de Ensino: Maria de Fátima Cossio Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Flávio Fernando Demarco Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Eraldo dos Santos Pinheiro Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Paulo Roberto Ferreira Júnior Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: Rosane Maria dos Santos Brandão Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Taís Ullrich Fonseca Superintendente do Campus Capão do Leão: Gilberto D'Ávila Vargas Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: Julio Carlos Balzano de Mattos

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR) Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR), Daniela Hartwig de Oliveira e Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR), Francieli Moro Stefanello e Marla Piumbini Rocha Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR), Cláudio Martin Pereira de Pereira e Jairo Valões de Alencar Ramalho Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR), Jucimara Baldissarelli e

Zayanna Christina Lopes Lindoso Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro Representantes da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Silvana Schimanski e William Daldegan de Freitas Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Daniel Soares Duarte e Luís Fernando Hering Coelho

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U., Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPel)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Prof^a Dr^a Isabel Drummond Braga (Universidade de Lisboa) | Prof. Dr. Rafael Afonso Gonçalves (Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Zacharias Wagner (1614-1668) - Tamanduá-açu (ilustração).

Pareceristas ad hoc:

Ana Carolina de Carvalho Viotti, Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Marília)
André Ulysses De Salis, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro)
Ângela Domingues (Universidade de Lisboa)
Gabriel Elycio Maia Braga, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro)
Gabriel Ferreira Gurian, Universidade de São Paulo (USP)
Gabriel Lopes, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Janaina Salvador Cardoso, Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Franca)
Jeferson dos Santos Mendes, Universidade Federal do Amapá
Paulo Drummond Braga (Universidade Aberta Centro de Estudos Globais, Portugal)
Ricardo Pessa de Oliveira (Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, Portugal)
Rodolfo Nogueira Cruz, Centro Universitário Barão de Mauá
Teresa Sousa Nunes (Universidade Nova de Lisboa)
Waslan Sabóia Araújo, Universidade Estadual Paulista (Unesp, campus de Franca)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2025/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História dos Animais : Fontes, Temas e Problemas) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.30, n.1, jan. 2025. – Pelotas: UFPel/NDH, 2025 – 185 p. ; 5,30 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Animais 3. Fontes

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
PRESENTATION	
HUMANOS E OUTROS ANIMAIS NO PORTUGAL MEDIEVO: ARTICULAÇÃO E SOLUÇÕES DE UM PROJECTO CIENTÍFICO MULTIDISCIPLINAR	10
HUMANS AND OTHER ANIMALS IN MEDIEVAL PORTUGAL: ARTICULATION AND SOLUTIONS OF A MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC PROJECT	
Tiago Viúla de Faria	
OS TATUS COMO OBJETOS DO CONHECIMENTO NATURAL (SÉCULOS XVI-XVIII)	33
ARMADILLOS AS OBJECTS OF NATURAL KNOWLEDGE (16TH-18TH CENTURIES)	
Rebeca Capozzi	
AS TRABALHADORAS DA PROVÍNCIA: A EXPLORAÇÃO DE TARTARUGAS DA AMAZÔNIA (<i>PODOCNEMIS EXPANSA</i>), NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS, DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	53
THE WORKERS OF THE PROVINCE: THE EXPLOITATION OF AMAZON TURTLES (<i>PODOCNEMIS EXPANSA</i>), IN THE PROVINCE OF AMAZONAS, DURING THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY	
Robert Alves Pinho	
NASCIMENTO E AFIRMAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO PORTUGUESA: A SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS (1875-1890)	73
BIRTH AND AFFIRMATION OF A PORTUGUESE INSTITUTION: THE SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS (1875-1890)	
Paulo Drumond Braga	

- UMA BREVE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE O SER HUMANO E A ONÇA PINTADA NO BIOMA PANTANAL** 88
 A BRIEF HISTORY OF THE RELATIONSHIP BETWEEN HUMANS AND JAGUARS IN THE PANTANAL BIOME
 Fabiano Quadros Rückert
- OS VEGETARIANOS UTÓPICOS E A DEFESA DOS ANIMAIS EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX** 110
 PORTUGUESE UTOPIAN VEGETARIANS IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY
 Isabel Drumond Braga
- SOB AS RÉDEAS DO NAZISMO: OS CAVALOS LIPIZZANERS E O IDEÁRIO DE PUREZA RACIAL** 126
 UNDER THE REINS OF NAZISM: THE LIPIZZAN HORSES AND THE IDEOLOGY OF RACIAL PURITY
 Daniely Santos Ramos Costa | Lucas Matheus Araujo Bicalho | Ester Liberato Pereira
- HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA** 140
 HISTORY OF MATHEMATICS TEACHER TRAINING IN THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW
 Mélanly Silva dos Santos | Lavinia Schwantes
- “O QUE OS OLHOS NÃO VÊM O CORAÇÃO NÃO TEME”: O HOSPITAL COLÔNIA GETÚLIO VARGAS E OS DISCURSOS DE COMBATE A LEPROSA NA PARAÍBA (1930-1941)** 156
 “WHAT THE EYES DO NOT SEE, THE HEART DOES NOT FEAR”: THE HOSPITAL COLÔNIA GETÚLIO VARGAS AND THE SPEECHES TO COMBAT LEPROSY IN PARAÍBA (1930-1941)
 Alexandro dos Santos | Laís Vasconcelos Santos
- OS POSITIVISTAS RELIGIOSOS BRASILEIROS E OS ANIMAIS (1902)** 177
 BRAZILIAN RELIGIOUS POSITIVISTS AND ANIMALS (1902)
 Paulo Pezat

OS VEGETARIANOS UTÓPICOS E A DEFESA DOS ANIMAIS EM PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

PORTUGUESE UTOPIAN VEGETARIANS IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY

Isabel Drumond Braga¹

Resumo. A partir de uma contextualização temporal alargada, procura-se perceber como os vegetarianos utópicos portugueses, da primeira metade do século XX, entenderam o vegetarianismo e a proteção dos animais. Basicamente, pretende-se responder à pergunta se defenderam os animais ou se os poupavam por abominarem o consumo de carne.

Palavras-chave: Animais, carne, vegetarianismo, Portugal, século XX.

Abstract. From a broad temporal contextualization, our main goal is to understand how portuguese utopian vegetarians, from the first half of the 20th century, understood the relationship between vegetarianism and the protection of animals. Basically, the aim is to answer the question: did the vegetarians defended the animals or did they spared them because they abhorred the consumption of meat.

Keywords: Animals, meat, vegetarianism, Portugal, 20th century.

matar os animais ou matar os homens, pouca diferença faz, se os animais representam na evolução os nossos irmãos mais novos (SOUSA, 1919, p. 3).

Estado da questão e objetivos

Na atualidade, encontra-se um conjunto vasto, diversificado e minoritário de pessoas adeptas do não consumo de animais: os vegetarianos, os vegetalistas e os *vegans*. Os primeiros recusam a ingestão de carne, peixe e crustáceos, os segundos juntam aos interditos referidos leite, queijo, ovos e, por vezes, mel e, finalmente, os terceiros não só recusam ingerir animais e seus derivados como também proscvem todo e qualquer produto que implique a exploração dos mesmos. Ou seja, adotam o vegetalismo e vão mais longe, recusando vestir e calçar peças de peles, penas, couros e lãs, abstendo-se de participar e de assistir a espetáculos que impliquem algum tipo de dano aos animais, como touradas e combates de galos; e, finalmente, de usar cosméticos preparados a partir de substâncias animais ou previamente testados neles.

Não obstante, a crescente presença de pessoas adeptas destas opções, nem sempre a historiografia tem refletido sobre o assunto. Se a produção anglo-saxónica sobre vegetarianismo é abundante e o mesmo se pode afirmar, embora com menos profusão, para a francesa e para a italiana, já as historiografias espanhola e brasileira pouco interesse têm manifestado sobre o tema. Sem qualquer carácter exaustivo, refiram-se alguns trabalhos de

¹ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, CIDEHUS-UÉ e CH-ULisboa. Isabeldrumondbraga@gmail.com

relevo, começando por salientar estudos que oferecem uma panorâmica do vegetarianismo, em espaços e tempos alargados. Citem-se os de Tristram Stuart (2006), Colin Spencer (2016) e Renan Larue (2015, 2021). Outros textos detiveram-se nas origens e nas ligações entre várias religiões e vegetarianismo, tais como os Jo Ann Davidson (2003), John Berkman (2004), este sobre o catolicismo; Dominique Trotignon (2011), Ian Miller (2011) e Omero Marongiu-Perria (2015), bem como os que se dedicaram à relação entre vegetarianismo e importância do mundo animal, designadamente os de Keith Thomas (1984), Anita Guerrini (1989), Erica Mannucci (1996, 2008, 2011) e Jacques Derrida (2002).

Em Portugal, os estudos sobre o vegetarianismo não têm apresentado muitos cultores. Refiram-se, no entanto, a introdução à obra *Redenção*, de Amílcar de Sousa, da autoria de José Eduardo Reis, na qual o autor a propósito desta obra literária, teceu diversas considerações acerca do mais relevante vulto da divulgação do vegetarianismo na primeira metade do século XX (REIS, 2011), e uma outra introdução a *Irmânia*, de Ângelo Jorge, um texto com as mesmas características (REIS, 2004). Este escritor mereceu ainda um artigo de carácter biográfico a Iza Luso Barboza (2006). Fátima Vieira debruçou-se sinteticamente sobre o uso dado pelos vegetarianos à fotografia, como forma de publicitar a condição física dos praticantes desta opção dietética (VIEIRA, 2006). No âmbito da sociologia, refira-se uma dissertação de mestrado sobre o movimento *vegan* na atualidade (BARROS, 2013). Finalmente, na ótica da história, Isabel Drumond Braga estudou os primórdios do vegetarianismo em Portugal e, em especial, a ação de um dos mais emblemáticos difusores do movimento, o médico Amílcar de Sousa (BRAGA, 2019, 2023); bem como os projetos de colónias naturistas idealizados por aquele, uma tentada no Brasil (BRAGA, 2018) e outra, destinada às crianças, proposta à Sociedade das Nações, para ser concretizada na ilha da Madeira (BRAGA, 2022). A difusão das ideias naturistas e vegetarianas em Portugal, por parte de estrangeiros, também foi objeto de reflexão a partir de um estudo de caso (BRAGA, 2018).

Os movimentos vegetarianos, vegetalistas e *vegans* partilham preocupações comuns, mas não nasceram simultaneamente. De entre os seus membros, uns evidenciam motivações ecológicas – a criação de gado polui os solos e as águas, implica desflorestação e diminuição da biodiversidade contribuindo para o aquecimento global – alguns calculam que os cereais utilizados para alimentar o gado seriam suficientes para acabar com a fome no mundo, outros salientam motivos de saúde – associando o consumo de carnes vermelhas ao aparecimento de diversos tipos de cancro e de doenças cardiovasculares – outros ainda, como hindus e budistas, alegam questões religiosas, sem esquecer os adeptos do ascetismo, que visam purificar a alma, e os que lembram as matérias éticas como a necessidade de tratar bem os animais (LARUE, 2015, p. 5-7)².

Além do mais, algumas correntes enfatizam que comer carne de cadáveres, é introduzir a morte em si mesmo. Em contrapartida, a defesa dos alimentos vivos e das plantas é uma forma de reforçar o equilíbrio físico e espiritual (OSSIPOW, 1994). Alguns pensadores

² Sobre as questões éticas do consumo alimentar do presente, veja-se SINGER, 2006.

vão mais longe, ao defenderem que o utilitarismo não pode justificar a criação e o abate, uma vez que o interesse humano não deve ser superior ao do animal, que tem sentimentos e inteligência e sente dor. Logo, o Homem tem a obrigação ética de ser vegetariano, vegetarianista ou vegan tanto mais que a sobrevivência humana não implica comer animais (MATHENY, 2006).

Neste sentido, procuraremos perceber como é que os vegetarianos utópicos portugueses encararam os animais, a sua proteção e os seus interesses, nos primórdios da difusão do movimento em Portugal. O assunto é pertinente tanto mais que, as principais justificações que aduziram para a recusa do consumo de carne e peixe, foram as questões de saúde e não a defesa animal. Os argumentos científicos da dieta vegetariana só foram objeto de expressão a partir do século XIX, enquanto a saúde e a ética, em particular o altruísmo e a preocupação com o sofrimento dos animais, deram as mãos durante o século XX. No entanto, ideias parciais destas posições estiveram presentes desde a Antiguidade.

Rumo a um vegetarianismo ético?

A defesa do consumo de alimentos de origem vegetal teve origem na tradição filosófica indiana, em religiões como o hinduísmo e o budismo, que nessas matérias mostraram algumas semelhanças, em especial no que se refere à crença no *karma* (entendido como as ações em vidas prévias afetam a existência do presente) e na reencarnação. De qualquer modo, se no budismo houve uma forte tradição vegetarianista, desde que Buda (século VI a. C.) ordenou aos seus seguidores que não matassem animais, houve uma corrente que não acatou este preceito, conseqüentemente não se verificou unanimidade por parte dos que adotaram esta religião (TROTIGNON, 2011).

Na Antiguidade clássica, entre os Gregos, a abstinência do consumo de carne ficou a dever-se a motivos éticos e espirituais. Pitágoras (c. 570 a. C – c. 495 a. C.) considerou que essa opção tornava o Homem menos predisposto à violência e que os animais deveriam ser poupados pois poderiam transportar a alma de humanos. Sacrificá-los seria, pois, um comportamento incorreto. A ética era apenas cívica. Aparentemente, para Pitágoras, a recusa do consumo de carne estaria também ligada ao horror ao sangue e à contaminação e à procura da pureza e da ascese (NIOL, 2015, p. 63-74). Retenha-se que uma das diferenças entre ascetismo e vegetarianismo passou pelo primeiro consistir na renúncia a um prazer sensual para crescer espiritualmente. Em todo o caso, a crença na transmigração das almas, a procura da pureza e o desejo de ascese, parecem ter sido os três motivos base do vegetarianismo pitagórico que caminharam ao arrepio das práticas religiosas institucionalizadas, incluindo as cerimónias sacrificiais, a partir das quais se obtinha carne para consumo (SPENCER, 2016, p. 43-69; RAUW, 2015, p. 2-3; LARUE, 2015, p. 16-17, 26-30). Os regimes alimentares isentos de carne levavam, deste modo, à regeneração física e moral do Homem. Note-se que, no Ocidente, todos eles, foram classificados como pitagóricos, até ao século XVIII.

Plutarco (c. 46 – 120) também se pronunciou a respeito da opção vegetariana, mostrando sobretudo o que considerou serem as incoerências do regime carnívoro. Foram os problemas fisiológicos e morais suscitados pelo consumo de carne que levaram o filósofo a considerar que o seu uso não era normal, necessário nem natural. Nada justificaria os tormentos infligidos aos animais, tudo passava por uma questão cultural. O consumo da carne transformada, isto é, cozinhada, com recurso a temperos e ao fogo, constituía um símbolo da civilização, não sendo fácil para o Homem ingeri-la no estado em que era obtida, ao contrário do que acontecia com os outros animais (SOARES, 2011; RAUW, 2015, p. 8-9; LARUE, 2015, p. 55-58; PINHEIRO, 2016).

Porfírio de Tiro (c. 234 – c. 304) foi autor das obras *De abstinentia ab esum animalum*, isto é, *Da abstinência do alimento animal*, e *De non necandis ad epulandum animantibus*, ou seja, *Da inadequação da matança de seres vivos para alimentação*, constituindo uma referência importante para a literatura vegetariana, uma vez que apresentou uma soma dos conhecimentos acerca do vegetarianismo antigo, e parece ter sido pioneiro na defesa do vegetarianismo ético, ao considerar a nulidade dos sacrifícios animais para cultuar os deuses. Isto é, não procurou reformar a religião vigente, mas poupar os bichos. Assim, considerou que privar o animal da vida era afim à prática de homicídio por razões cruéis e inúteis, pois o Homem poderia dispor de plantas e de frutos para sobreviver (DIAS, 2012). Mais do que salientar as qualidades do regime vegetariano, Porfírio criticou o consumo de carne. Para o autor, os animais eram dotados de *logos prophorikos* (linguagem que atesta os estados de alma), independentemente de os humanos nem sempre os compreenderem, expressavam-se, logo não deixavam de ser objeto de direito. Salientou ainda que os animais eram úteis aos homens uma vez que os ajudavam diretamente no trabalho e lhes forneciam bens para a alimentação e para o vestuário, em alguns casos, dependiam do próprio Homem para sobreviver (RAUW, 2015, p. 9-11; LARUE, 2015, P. 9-11; SPENCER, 2016, p. 103-106).

O confronto de posições, iniciado com Pitágoras e resumido por Porfírio de Tiro, após diversos contributos, estava em vias de hibernar. A conversão ao cristianismo do imperador Constantino (272-337), desfavorável ao vegetarianismo de inspiração moral, e o entendimento da abstinência sistemática de carne, pelos teólogos e pelos Padres da Igreja, como uma superstição (exceto nos dias de jejum e de abstinência), não foram favoráveis a este tipo de opção (BERNABÉ PAJARES, 2015; LARUE, 2015, p. 76-78).

O judaísmo, o cristianismo e o islamismo sempre mostraram aversão à violência inerente à morte dos animais, o que não significou a adesão ao vegetarianismo (DAVIDSON, 2003). As três religiões entenderam que os animais eram meios para os humanos obterem fins. Logo, o regime omnívoro seria o adequado. Se, para o Islão, a alimentação com carne se apresenta como um ato para servir o Homem, também pode ser entendida como uma forma de predação. Divergências e discussões de interpretação foram permanentes, mas duas constantes se salientaram: a necessidade de cuidar dos animais e a obrigação de proceder à morte destes de forma rápida e com o menor sofrimento possível (MARONGIU-PERRIN, 2015). Para judeus e cristãos, a abstinência de carne foi defendida enfaticamente, não por compaixão ou respeito pelos animais, mas como uma forma de enfraquecimento do corpo

visando refrear os desejos sensuais. Progressivamente, os jejuns foram instituídos, tornando-se clara a existência de dias gordos, ou de carne, em paralelo com a forte presença de dias magros ou de jejum e abstinência, numa dinâmica complexa e variável ao longo dos tempos³. Efetivamente, no início do cristianismo a matéria foi dada a alguma confusão: um indivíduo que se abstinha de carne visava a ascese ou recusava-se a fazer sofrer os animais? (LARUE, 2015, p. 80-81). Repare-se que, como já foi enfatizado, opor carne a peixe revela uma dialética eficaz do ponto de vista pedagógico, na medida em que põe em tensão quente e frio, fogo e água e sensualidade e temperança (PERROT, 2011, p. 294).

No cristianismo, a aparente contradição entre a abstinência de carne e a recusa do vegetarianismo deve ser explicada tendo em conta que a privação só se aceitava se tivesse como fundamento o desejo de mortificação e não o respeito pelos animais ou as superstições. Assim se compreende a regra de São Bento (composta em 529), que interditava o consumo de carne aos cistercienses, não obstante se ter aligeirado, por exemplo apenas não consumindo quadrúpedes, em dados momentos (LAURIOUX, 2002, p. 165-171). Em geral, tratou-se, pois, de conciliar a prática do regime omnívoro e a necessidade de castigar o corpo. O cristão deveria comer de tudo e abster-se, em determinadas ocasiões, do que era mais apetecido, num equilíbrio permanentemente ameaçado (BARATY, 1996, p. 172; LARUE, 2015, p. 119; SPENCER, 2016, p. 165-166).

Torna-se claro que a tradição católica nunca foi adversa à abstinência de carne nem inimiga da preocupação com os animais. Ou seja, trata-se de uma realidade complexa que apresenta basicamente três razões interligadas: uma de natureza médica, outra de caráter ascético e uma terceira de vertente escatológica. Isto é, do ponto de vista médico a pureza espiritual era a principal preocupação, de tal modo que nem o consumo de carne para os doentes foi consensual; sob a ótica do ascetismo, visava-se defender o contrário da glotonaria e, finalmente, na perspetiva escatológica entendia-se como um encorajamento enquanto recompensa pela queda de Adão. Assim se compreende a exclusão da carne da dieta das referidas ordens religiosas (BERKMAN, 2004).

Com Descartes (1596-1650), o problema animal sofreu um enorme retrocesso. O filósofo, que praticava o vegetarianismo por questões de saúde, era crítico da simpatia e da compaixão face aos animais (KEITH, 1984, p. 33-36; STUART, 2006, p. 131-137), e defendeu que os bichos não sentiam dor nem prazer, embora as respostas mecânicas aos estímulos se assemelhassem a expressões de sofrimento. Era a noção de animal-máquina, corolário do dualismo corpo, mente. Assim, o tratamento dispensado aos animais seria uma questão meramente moral. Desenvolveu-se, deste modo, a vivisseção, praticada desde a Antiguidade, incluindo em público, designadamente na Royal Society, de Londres, por médicos como William Harvey (1578-1657) e por físicos e químicos como Robert Boyle (1627-1691). Estas ações acabaram por levantar oposição, ainda no século XVII. Por

³ Recordem-se, por exemplo, as regras das ordens religiosas, as constituições diocesanas e as polémicas acerca do consumo de determinados produtos nos dias magros, como, por exemplo, o cacau. Sobre o entendimento dos dias magros e dos dias gordos ao longo dos séculos. Veja-se LARUE, 2015, p. 112-123.

exemplo, o naturalista John Ray (1627-1705) defendeu exatamente o contrário de Descartes e dos seus seguidores, considerando que Deus não criara o mundo apenas para o Homem e que as ações dos animais não eram mecânicas. Outros expressaram opiniões no mesmo sentido, tais foram os casos dos filósofos Thomas Hobbes (1588-1679) e de Benedict de Spinoza (1632-1677): o Homem não tinha o direito de dispor dos animais a seu belo prazer. A dor só poderia ser aceite se beneficiasse a humanidade, independentemente do facto de a vivissecção se dever à curiosidade científica e não à crueldade (KEITH, 1984, p. 21; GUERRINI, 1989).

Ao admitir-se que os animais sentiam e sofriam tendeu a aceitar-se que tinham direito de não serem mortos nem comidos (LARUE, 2015, p. 140; SPENCER, 2016, p. 187-190). Ou seja, os homens não podiam ser superiores aos bichos, usando-os conforme os seus interesses. Eis que se perfila uma alteração das sensibilidades paralela ao processo de descristianização deste período. Simultaneamente, o debate atingiu outras áreas, levantando perguntas acerca da natureza do Homem, do facto de o primeiro regime alimentar da humanidade ter sido vegetariano, dos melhores alimentos para a saúde, de entre outras. Porém, o século XIX conhecerá novos debates sobre o assunto que só terminarão definitivamente na centúria seguinte. As experiências com animais vivos situavam-se entre a natureza e a ciência, entre a instrução e o espetáculo, e visavam ensinar e divertir. A vivissecção instalou-se como método dominante de estudo no século XIX, por se continuar a entender a analogia entre o corpo humano e os corpos animais, e abrangeu várias tipologias: dissecar o animal vivo; injetar o animal para obter uma vivissecção não sangrenta analisando a eliminação ou a absorção de substâncias, a exposição a vacinas, etc.; realizar seções e injunções sobre o meio exterior; obter amostras líquidas, criando uma fistula para as retirar; e induzir a doença e tentar a cura, designadamente através das inoculações (BORY, 2013, p. 38-39).

Defesa da saúde humana ou defesa dos animais?

No Ocidente, o vegetarianismo entrou em voga no século XIX, em especial durante a segunda metade, o que nunca obstou a manifestações anteriores, por parte de grupos heterogêneos, de tipo religioso, que se foram formando no final de setecentos (STUART, 2006). E, desde logo, um paradoxo se evidenciou: o palco inicial foi a Inglaterra, um país em que a criação de gado desempenhava um papel importante do ponto de vista económico, em paralelo com algumas más vontades face ao consumo de carne, desde seiscentos. Efetivamente, o termo vegetariano criou-se no fim dos anos de 1830 e generalizou-se a partir de 1847, quando se criou a *Vegetarian Society*, em Ramsgate – Inglaterra (TWIGG, 1981; DAVIDSON, 2006, p. 826). Neste momento, a dieta pitagórica mudou oficialmente de nome.

A Vegetarian Society apresentou-se como tendo por missão promover a abstinência de carne através da publicação de folhetos e de obras e da realização de conferências. O vegetarianismo deveria favorecer o aumento da felicidade do maior número possível de seres humanos. As posições dos membros da associação nem sempre foram

isentas de polémica e de divisões internas, sendo uma das mais significativas a que ocorreu já no século XX e concretamente, quando Donald Watson (1910-2005) fundou, em Londres, a Vegan Society, em 1944. Efetivamente, o consumo de ovos e de queijo não era consensual e as posições extremaram-se, levando à rutura.

Pouco se sabe acerca dos ecos chegados a Portugal das opções vegetarianas praticadas no estrangeiro ao longo do século XIX. Presume-se que os viajantes e os que tinham acesso a textos publicados fora do país pudessem conhecer, mas não necessariamente aderir à dieta vegetariana. Estaríamos, neste caso, perante pessoas a título individual e não perante grupos organizados, nem que fosse de forma rudimentar. No mundo editorial, os primeiros sinais foram, contudo, visíveis ainda no final de oitocentos, com a tradução de diversas obras do naturopata vegetariano alemão Louis Kühne (1835-1901), nos anos de 1897 e 1900⁴. O vegetarianismo tomará um rumo completamente diferente, com um conjunto de pessoas e de ações levadas a cabo pela Sociedade Vegetariana de Portugal, fundada no Porto, pelo comité da revista, de periodicidade irregular, *O Vegetariano* (1909-1935), dirigida por Amílcar de Sousa, tendo como estatuto-programa um documento assinado em 1 de março de 1911 (*O Vegetariano*. v. 2, n. 1. Porto. p. 27-34. 1911; *Almanaque Vegetariano Ilustrado*. n. 1. Porto. p. 87-93. 1913).

Foi através de expressões como «feita de sangue e de fogo» (SOUSA, 1916, p. XIX) ou «alimentos cadavéricos preparados ao fogo» (SOUSA, 1937, p. 106) que Amílcar de Sousa, em consonância com outros naturistas nacionais e estrangeiros, se referiu à alimentação omnívora. E, no mesmo tom, não deixou de defender ideias como «o Homem, libertando-se da prisão do fogo, não precisa da cozinha, onde principalmente se fabrica a morte» (SOUSA, 1916, p. 87) ou «é preciso regressar à natureza [...]. O Homem é um puro frugívoro, entretanto num regime de transição, o leite, os ovos e o mel são alimentos admissíveis, o que é inadmissível é a carne dos cadáveres dos animais» (SOUSA, 1916, p. 61; SOUSA, 1934, p. 51-61). Consequentemente, o vegetarianismo de carácter frugívoro e crudívoro era a única dieta verdadeiramente aceitável, a qual deveria ser complementada com exercício físico e banhos de sol: «uma horta é uma farmácia. Um pomar, uma sala de jantar e almoçar. Tudo isto se colhermos as plantas e formos buscar os frutos no traje adâmico, ao ar, à luz e ao sol» (SOUSA, 1937, p. 92). Este tipo de discurso foi recorrente e não raras vezes agrupado numa espécie de cartilha com vários pontos a seguir⁵.

A opção pelo vegetarianismo implicou necessariamente a preservação da vida animal. Articularam-se ideias de recusa da crueldade face aos bichos e de cruzada pela saúde. Em Inglaterra, tornou-se particularmente popular ao salientar a responsabilidade moral do homem face aos animais, chegando a entender que mantê-los em cativeiro, mesmo em jardins

⁴ Nos anos seguintes, as ideias de Kühne foram bem conhecidas dos vegetarianos e naturistas portugueses, designadamente dos leitores da revista *O Vegetariano*, pois Ângelo Jorge publicou a tradução de textos da autoria do naturopata. Veja-se *O Vegetariano*. Porto. 1911.

⁵ Alguns destes pontos foram apresentados por outros autores vegetarianos e naturistas. Cf., por exemplo, *Vivamos de frutos*, 1924, p. 16. Tradução de Amílcar de Sousa. 3.ª edição. Porto: Livraria e Papelaria Moderna de Machado & Ribeiro [a edição francesa é de 1906].

zoológicos, era uma forma de crueldade (MILLER, 2011, p. 153). Por outro lado, estudos sobre a atualidade dos Estados Unidos da América permitem perceber que as ações de grupos de defesa dos direitos dos animais acabaram por ter impacto na adoção do vegetarianismo por parte de alguns sectores da população que se abstêm do consumo, em especial, de carnes vermelhas (DEMELLO, 2007, p. 79).

No programa-estatuto da Sociedade Vegetariana de Portugal, logo no capítulo I, § 1.º, pode ler-se que a agremiação se iria empenhar em combater “o morticínio cruel e desnecessário dos animais de todas as espécies, úteis ou inofensivos” (*Almanaque Vegetariano Ilustrado de Portugal e Brasil*. n.1. Porto. p. 87. 1913). Embora Amílcar de Sousa não tenha feito nenhum manifesto em defesa da vida animal, não deixou de aos mesmos se referir em termos de simpatia e apreço:

um talho é um local nojento. Um matadouro, um sítio de carnificina. Ver matar um boi pacífico às marretadas, ou um tímido cordeiro é um espetáculo que choca. Ninguém que tenha sentimentos de bondade é capaz de, a sangue frio, matar uma pomba branca que arrulha no pombal ou um frango de plumagem macia e multicolor que vive na capoeira. Ver frigir uma enguia viva ou deitar em água a ferver os camarões, não é decididamente um ato glorioso e heroico (SOUSA, 1923, p. 51-52).

Ou, em outro passo, da obra *O Naturismo*: «o leite é para os bezerros e para os cabritos roubados às suas mães pelo Homem» (SOUSA, 1916, p. 89). Naturalmente que as profissões ligadas ao abate e à venda de animais para consumo eram igualmente mal vistas e, nessa escala, o destaque foi para o carneiro que «serve os cadáveres esquartejados dos bois e carneiros e porcos» (SOUSA, 1916, p. 89).

Em 1915, Amílcar de Sousa, mais preocupado com a ingestão de carne de suíno do que do destino dos porcos, escreveu um artigo criticando o comportamento inusitado de uma mulher, cujos atos considerou configurarem o cúmulo do carnivorismo⁶. Ressaltaram o horror ao consumo da carne porcina – agravado pelo facto de a ingestão da carne ter sido em cru, atitude própria de quem não se diferencia das bestas – as ações grotescas da senhora transmontana, casada com um magistrado; e a simpatia pelos animais:

O leitor conhece esse costume bárbaro de matar os cevados, com um ritual de sortilégio, e depois esquartejá-los para guarda, não só nas salgadeiras sepulcrais, como em enchidos e chouriços de várias espécies, para uso nefasto, durante um ano. Quando se procedia a estes despedaçamentos do cadáver do mais imundo dos animais, cuja carne causa o cancro, a lepra, as doenças de pele e é portadora da ténia e da triquina, essa dama sorria de satisfeita perante o desmancho da vítima. É uma senhora nova. E de tal modo gorda que parece uma bola de sebo! Os seus instintos cruéis, mascarados por uns laivos de distinção, nesse momento apareceram nítidos. E, perante o assombro das senhoras suas amigas, atónitas

⁶ Sobre os opositores do carnivorismo, veja-se BRAGA, 2018, p. 300-308.

perante a facanha, tomou uma faca e foi direita ao animal, que até de excrementos vive, a cortar-lhe o rabo (apêndice caudal) e até uma orelha! E alegre e satisfeita, com uma fobia canibalesca, pôs-se a rilhar as cartilagens auriculares e a chuchar os ossos finos da cauda suína [...]. Que importa comer cadáver assado ou cozido! É mais lógico traga-lo cru, como os lobos fazem aos cordeiros. Esta mulher é loba? Não: é que foi educada no culto do sangue do qual se libertará um dia talvez quando lhe aparecer o raciocínio (SOUSA, 1915, p. 229-230).

No ano de 1916, na sua única colaboração no jornal *A Bondade*, órgão da Liga de Instrução Allan Kardac, dirigida por Lourenço de Melo, Amílcar de Sousa, no artigo intitulado «Vegetarianismo: o que se deve comer», defendeu que «não matar para comer deve ser a aspiração de toda a criatura bondosa» (SOUSA, 1916a, p. 5-6). Em *A Saúde pelo naturismo*, os bichos também foram lembrados: «para o homem poder utilizar os cadáveres dos animais, que fere sempre à traição, numa luta inglória, seja de caça ou de pesca, de espera na emboscada ou após o castramento, como acontece com os bois, com os porcos e com os cavalos, é necessário cozer, assar, fritar ou guisar esses restos das suas vítimas, sejam músculos ou vísceras, para satisfazer o paladar e os sentidos» (SOUSA, 1923, p. 131-132).

Na conjuntura do período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as carências mantiveram-se e Amílcar de Sousa refletiu, entre outros temas, acerca do papel dos animais, insistindo na utilidade laboral dos mesmos:

Não mandamos matar para comer. Pedimos à terra bendita que nos dê com que nos alimentar. Os animais devem auxiliar-nos a preparar o solo, o qual por seu turno nos oferecerá dádivas sem conto, desde que árvores e plantas lhe entreguemos. A grande crise mundial é a falta de subsistências. A carestia da vida altera e perturba todos os lares. Nada, porém, seria irremediável, se os homens em vez de se matarem umas aos outros numa guerra cruel e improfícua, quisessem antes amar-se uns aos outros, cultivando a terra (SOUSA, 1919, p. 5-6).

Para salientar, em sete itens, os fundamentos da dieta vegetariana, Amílcar de Sousa não esqueceu, em *Arte de viver*, que todas as religiões e filosofias, nos seus ensinamentos iniciais, tinham advogado o não morticínio dos animais, como conduta moralizadora (SOUSA, 1934, p. 47). No catecismo naturista, composto por 117 perguntas e respostas, publicado na mesma obra, voltou a referir-se à necessidade de preservar a vida animal. Entendeu que comê-los era contrário à natureza humana, uma vez que predispunha as pessoas para as doenças, constituindo uma alimentação artificial, e, em seguida, defendeu que, caso não fosse nociva, também não deveria ser praticada pois matar os bichos constituía uma crueldade inútil (SOUSA, 1934, p. 215). No seguimento desta posição, foi coerente ao manifestar-se contra os divertimentos que implicassem o sofrimento ou a morte dos animais, pois «tais passatempos impedem o aperfeiçoamento moral do Homem. Por isso não se deve tomar parte, nem mesmo assistir à caça, pesca, touradas, combates entre animais, tiro aos pombos, etc.» (SOUSA, 1934, p. 235). Eis que se manifestou um adepto da opção vegan

antes ainda desta ter sido conceptualizada.

Outros vegetarianos, contemporâneos de Amílcar de Sousa, manifestaram-se igualmente com simpatia face aos animais. Tais foram os casos, por exemplo, de Jaime de Magalhães Lima, Eliezer Kamenesky, Julieta Meneses Rodrigues Ribeiro, Alsácia Fortes Machado e Maria Cândida de Albuquerque Cardoso, de entre outros. Em caso algum temos a proteção dos animais como o móbil para a adoção do vegetarianismo. Contudo, o argumento ético acabou por permitir a exaltação da vida animal e a proximidade entre homens, animais e natureza.

Jaime de Magalhães Lima, em conferência proferida no Ateneu Comercial do Porto, a 14 de junho de 1912, combateu o consumo de carne pelas pessoas e defendeu os animais. Começou por afirmar que só bichos a comiam e nem todos, salientando, neste último caso, os herbívoros – bois, cavalos e ovelhas – para se fixar nas feras – leões, lobos, tigres e ursos – cujos repastos à base de carne de outros animais constituíam o sustento habitual. Em seguida, criminalizou os comedores de bichos: «que crime horrível lançar em nossas entranhas as entranhas de seres animados, nutrir na sua substância e no seu sangue o nosso corpo! Para conservar a vida a um animal, porventura é mister que morra outro?» (LIMA, 1912, p. 8).

Na obra *Culinária vegetariana*, da autoria de Julieta Meneses Rodrigues Ribeiro, concretamente na introdução, a autora mostrou-se contrária ao uso de peles e de penas no vestuário e nos adornos. Considerou estes produtos caros e entendeu ser uma barbaridade «concorreremos para o morticínio de lindas aves e de outros animais que nenhum mal nos fizeram e que têm o mesmo direito à vida que nós» (RIBEIRO, 1916, p. 36). Aproximou-se, tal como Amílcar de Sousa, dos que, mais tarde, incluíam as fileiras do movimento vegan.

Alsácia Fortes Machado, mulher de Martins Cavaco, no capítulo «Porque devemos ser naturistas», inserido na obra de seu marido, intitulada *Manual teórico e prático de alimentação racional* (1938), refletiu acerca do consumo de carne e, de entre outras observações, fez notar: «nós que tratamos carinhosamente os animais doentes, que nos compadecemos dos seus sofrimentos e os amimamos quando os temos em nossa casa, que choramos se eles nos morrem e depois os abatemos nos açougues sem uma lágrima?!» (MACHADO, 1938, p. 11). A mesma autora considerou ainda que se todas as donas de casa tivessem que proceder ao abate dos animais, muitas mais haveria que deixariam de preparar e consumir carne.

O filme *O Pátio das cantigas*, realizado em 1941 por Francisco Ribeiro, apresentou um personagem, Boris Dunov, interpretado pelo russo seu conterrâneo Eliezer Kamenesky, que cantava, tocava e vivia com animais em plena harmonia – cão, gato e diversos pássaros – sendo visível a ternura com que os tratava e defendia, inclusivamente numa pequena intervenção oral. A figura é algo excêntrica e a opção vegetariana não foi claramente defendida⁷.

⁷ Veja-se Francisco Ribeiro – *O Pátio das cantigas*. [Registo vídeo]. Duração 01:22 aproximadamente. Portugal, 1941. Visualizada a versão da Lusomundo, Audiovisuais SA., 2009.

Já numa outra fase do vegetarianismo em Portugal, podem ler-se, no prefácio à obra de Maria Cândida de Albuquerque Cardoso, intitulada *Boa comida saúde excelente: culinária naturista*, cuja primeira edição datou de 1960, as palavras do médico Adriano de Oliveira:

como podemos nós adultos, exigir das crianças o respeito e o amor pelos animais, nossos irmãos inferiores como lhes chamava São Francisco de Assis, se lhes damos o espetáculo da matança e os habitamos a comer carne? É preciso construir um futuro que nos liberte de preconceitos rotineiros e afirme a necessidade de respeitar a vida dos animais, seres em evolução como nós e com um mundo melhor pois que é respeitando a vida dos animais que aprendemos e compreendemos quanto respeito nos merece a vida dos nossos semelhantes, ao ponto de, como está expresso no Evangelho, amá-los como a nós próprios (CARDOSO, 1960, p. IV-V).

A defesa da vida animal não era ideia que reunisse consenso. Veja-se, por exemplo, o artigo «Irmãos», publicado em 1918, em *O Seculo comico: suplemento humoristico de O Seculo*, no qual o autor criticou Amílcar de Sousa, ironizando que as frutas lhe tinham subido à cabeça ao tratar os animais como irmãos, o que entendeu como um insulto: «recusamos, com indignação, o parentesco – e se o doutor sabe de algum homem que nascesse do ventre de vaca melhor faria calando-se do que apregoando a infelicidade do mano dos bezerras». Conclui em seguida que o tipo de linguagem utilizado pelo médico era «força da pera sorvada que lhe envenenou o sangue» (*O Seculo comico: suplemento humoristico de O Seculo*. n. 1094. Lisboa, 28 out.1918, p. 2).

Nos últimos anos de publicação de *O Vegetariano*, designadamente a partir de 1933, surgiram vários artigos contra a tourada e em particular contra os touros de morte, que haviam sido abolidos em data recente (BRAGA, 2015, p. 236), bem como sobre a proteção dos animais, da autoria quer de Amílcar de Sousa, quer, em especial, de José Silvestre Ribeiro. Assim se manifestava a comunhão de interesses entre os naturistas e os indivíduos de outras instituições, cujos ideais partilhavam.

Balanço final

Perante o exposto, torna-se claro que, independentemente da simpatia e apreço pelos animais por parte de muitas pessoas, o que foi movendo os vegetarianos até à Segunda Guerra Mundial foi mais a saúde humana do que a proteção dos bichos. Não comer carne era entendido como uma prática benéfica para a humanidade que, paralelamente, também beneficiaria os não humanos. Mas o foco era a pessoa e não o animal. Não obstante, as preocupações com o bem-estar dos não humanos, embora conhecendo avanços e recuos, foi estando presente e tendo tradução na legislação, mormente na que se referiu ao abate (MARTINS, BRAGA, 2023).

As ideias naturistas e vegetarianas acabaram por ter pontos comuns com as que eram defendidas por pessoas de outras agremiações, designadamente do Ginásio Club

Português, da Associação Protetora da Árvore, da Sociedade Protetora dos Animais, da Liga Antialcoólica Portuguesa e da Liga Antitabagista Portuguesa e de Moralidade Pública. A consulta das páginas de *O Vegetariano* permite fazer uma ideia dessas ligações, em particular pela publicação das revistas e jornais e pela circulação de notícias acerca das referidas associações⁸. O cruzamento dos sócios de todas elas permitirá aprofundar essa circularidade. Percebe-se, deste modo, que a convergência das ideias naturistas e vegetarianas se inscreve numa corrente de pensamento mais alargada, baseada na crença que a degeneração humana resultava do afastamento do Homem face à natureza. Para contrariar esta situação, havia que percorrer um caminho de regresso ao respeito pelas leis da natureza, à vida simples afastada da industrialização, da poluição e de parte do progresso.

Fontes e bibliografia

Fontes impressas

Almanaque Vegetariano Ilustrado. n.º 1, Porto, 1913, p. 87-93.

CARDOSO, M. C. de A. **Boa comida saúde excelente: culinária naturista.** 2.ª edição. Lisboa: s.n., 1960.

LIMA, J. M. **O Vegetarianismo e a moralidade das raças.** Porto: Sociedade Vegetariana Editora, 1912.

MACHADO, A. F. Porque devemos ser naturistas. In CAVACO, A. M. **Manual Teórico e Prático de Alimentação Racional.** Lisboa: Edição do Autor, 1938.

RIBEIRO, J. A. M. R. **Culinária vegetariana, vegetalina e menus frugívoros.** Porto: Sociedade Vegetariana Editora, 1916.

Seculo (O) comico: suplemento humoristico de O Seculo. n. 1094, Lisboa, 28 out. 1918, p. 2.

SOUSA, A. **A Cura da prisão de ventre.** 2.ª ed. Porto: Livraria e Papelaria Moderna, 1923. [A primeira edição é de 1915].

SOUSA, A. A Paz no mundo. **O Vegetariano.** Porto. v. 10, n 1, p. 3, 1919.

SOUSA, A. **A Saúde pelo naturismo.** 2.ª ed. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1923.

SOUSA, A. **Arte de viver.** Porto: Sociedade Vegetariana de Portugal, 1934.

SOUSA, A. Juízo do ano de 1919. **Almanaque Vegetariano Agrícola Naturista.** Porto. n. 7. p. 5-6, 1919.

SOUSA, A. Mulher-loba. **O Vegetariano.** Porto, v. 6, n. 6, p. 229-230, 1915.

SOUSA, A. **O Naturismo: alimentação natural, conselhos higienicos, tratamentos racionais, práticas quotidianas.** 3.ª ed. revista e aumentada. Porto: Sociedade Vegetariana,

⁸ Veja-se, por exemplo, *O Vegetariano*. v. 7, n. 9. Porto. p. 207. 1916 e v. 8, n. 2. p. 79. 1917.

1916.

SOUSA, A. Vegetarianismo: o que se deve comer. **Bondade**. Lisboa, n. 1, pp. 5-6, 1916.

Vegetariano (O). Porto. v. 2, n. 1, p. 27-34, 1911; v. 7, n. 9, p. 207, 1916; v. 8, n. 2, p. 79, 1917.

Vegetariano (O). Porto, 1911.

Vivamos de frutos. Tradução de Amílcar de Sousa. 3.^a edição. Porto: Livraria e Papelaria Moderna de Machado & Ribeiro, 1924 [a edição francesa é de 1906].

Fontes fílmicas

RIBEIRO, F. **O Pátio das cantigas**. [Registo vídeo]. Duração 01:22 aproximadamente. Portugal, 1941. Visualizada a versão da Lusomundo, Audiovisuais SA., 2009.

Bibliografia

BARATAY, É. **L'église et l'animal (France, XVII^e-XX^e siècle)**. Paris: Cerf, 1996.

BARBOSA, I. L. O utopista portuense Ângelo Jorge: subsídios para a sua biografia. **E-topia. Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia**. n. 5, 2006. Disponível em: <<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>. Consultado em 23 jan. 2024.

BARROS, M. A. R. **O movimento vegan em Portugal: significados e justificações**. + Dissertação (mestrado em Sociologia) – ISCTE, 2013.

BERKMAN, J. The consumption of animals and the catholic tradition. **Logos. A Journal of Catholic Thought and Culture**. v. 7, n. 1, p. 174-190, 2004.

BERNABÉ PAJARES, A. Vegetarianismo en Grecia: implicaciones religiosas, éticas y sociales. In TARODO SORIA, S.; PARDO PRIETO, P. C. (coord.). **Alimentación, creencias y diversidad cultural**. Valencia: Tirant Humanidades, 2015, p. 27-47.

BORY, J.-Y. **La douleur des bêtes: la polémique sur la vivisection au XIX^e siècle en France**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

BRAGA, I. D. 1911 – A opção vegetariana. In BRAGA, I. D. (coord.). **História global da alimentação portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2023, p. 415-420.

BRAGA, I. D. Anticarnivorismo. In FRANCO, J. E. (coord.). **Dicionário dos Antis: a cultura portuguesa em negativo**. v. 1, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, p. 300-308.

BRAGA, I. D. **Das origens do vegetarianismo em Portugal: Amílcar de Sousa**

- (1876 -1940), o 'apóstolo verde'. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019.
- BRAGA, I. D. Eliezer Kamenesky (1888-1954): vegetariano do mundo. In ROSA, C. (dir.). **Nel tempo e nella vita: il viaggio, metafora e realtà / No tempo e na vida: a viagem como metáfora e realidade**. Viterbo: Sette Città, 2018, p. 81-95.
- BRAGA, I. D. Em busca do novo Éden no século XX: os Portugueses e a fundação de colónias naturistas no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro. v. 25, n. 3, p. 659-678, 2018.
- BRAGA, I. D. Um projeto utópico: o estabelecimento de uma colónia naturista infantil na Madeira (1929). **Arquivo Histórico da Madeira**. nova série, n. 4, pp. 407-418. Funchal, 2022.
- BRAGA, P. D. Um espetáculo da morte: as touradas. In BRAGA, I. D., BRAGA, P. D. (dir.) *Animais e companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 217-245.
- DAVIDSON, A. **The Oxford companion to food**. 2.^a ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- DAVIDSON, J. A. World religions and vegetarian diet. **Journal of the Adventist Theological Society**. Berrien Springs (Michigan). n.14, v. 2, p. 114-130, 2003.
- DEMELLO, M. The present and future of animal domestication. In MALANUD, R. (coord.). **A Cultural history of animals in the Modern Age** (= KALOF, L., RESL, B. (dir.). **A Cultural history of animals in the Modern Age**. v. 6). Oxford: Nova Iorque, Berg, 2007.
- DERRIDA, J. The animal that therefore I am (more to follow). **Critical Inquiry**. Chicago. v. 28, n. 2, p. 369-418, 2002.
- DIAS, P. B. Em defesa do vegetarianismo: o lugar de Porfírio de Tiro na fundamentação ética da abstinência da carne dos animais. In SOARES, C., DIAS, P. B. (coord.). **Contributos para a história da alimentação na Antiguidade**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012, p. 81-92.
- GUERRINI, A. The ethics of animal experimentation in seventeen century England. **Journal of the History of Ideas**. Filadelfia, v. 50, n. 3, p. 391-407, 1989.
- LARUE, R. **Le végétarisme des Lumières: l'abstinence de viande dans la France du XVIII^e siècle**. Paris : Classiques Garnier, 2021.
- LARUE, R. **Le végétarisme et ses ennemis: vingt-cinq siècles de débats**. Paris: PUF, 2015.
- LAURIOUX, B. **Manger au Moyen Âge: pratiques et discours alimentaires en Europe aux XIV^e et XV^e siècles**. Paris: Hachette, 2002.
- MANNUCCI, E. J. 'Malheur aux faibles!' Condamnations de l'oppression des animaux. **Dix-**

Huitième Siècle. Paris. n. 28, p. 353-366, 1996.

MANNUCCI, E. J. Lusso gentile: il vegetarianismo di Cochi e il suo contesto europeo. In LIPPI, D.; CONTI, A. A. (dir.). **Antonio Cocchi Mugellano (1695-1758). Scienza, deontologia, cultura.** Florença: Tassinari, 2008, p. 180-183.

MANNUCCI, E. J. Settecento frugale: intorno al vegetarianismo di Benjamin Franklin. In GIUFFRIDA A.; PALERMO, F. D. (dir.). **Studi storici dedicati a Orazio Cancila. (Quaderni Mediterranea Ricerche Storiche, n. 16).** Palermo: Associazione Mediterranea, 2011, p. 1147-1165.

MARONGIU-PERRIA, O. Chasse, élevage et végétarisme en Islam: des paradigmes en concurrence. **Revue Semestrielle de Droit Animalier.** n. 1, Limoges, p. 309-324, 2015.

MARTINS, V., BRAGA, I. D. 1461 – Da matança privada ao matadouro profissional. In BRAGA, I. D. (coord.). **História global da alimentação portuguesa.** Lisboa: Temas e Debates, 2023, p. 87-92.

MATHENY, G. Utilitarianism and animals. In Singer P. (dir.). **Defence of animals: the second wave.** Malden (MA): Blackwell, 2006, p. 13-25.

MILLER, I. Evangelicalism and the early vegetarian movement in Britain c. 1847-1860. **Journal of Religious History.** Malden (Massachusetts). v. 35, p. 149-161, 2011.

NIOL, Marino. **Homo dieteticus: viaggio nelle tribù alimentari.** Bolonha: Il Mulino, 2015.

OSSIPOW. L. Aliments morts, aliments vivants. In FISCHLER, C. (dir.). **Manger magique: aliments sorciers, croyances comestibles.** Paris: Autrement, 1994, p. 127-135.

PERROT, X. L'abstinence de viande en France au XVIII siècle: une xérophagie, un végétarisme rejeté. **Revue Semestrielle de Droit Animalier,** n. 1, Limoges, p. 293-307, 2011.

PINHEIRO, J. Entre medicina e filosofia: a apologia de comer vegetais em Plutarco. In PINHEIRO, J., SOARES, C. (coord.). **Patrimónios Alimentares de Aquém e Além-Mar.** Coimbra e São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016, p. 359-370.

RAUW. W. M. Philosophy and ethics of animal use and consumption: from Pythagoras to Bentham. **CAB Reviews.** v. 10, n. 26, pp. 2-30, 2015.

REIS, J. E. Introdução. In JORGE, Â. **Irmânia: novela naturista.** Lisboa: Edições Quasi, 2004, p. 7-25.

REIS, J. E. Introdução: Amílcar de Sousa, um 'revolucionário de costumes' e utopista vegetariano, defensor dos direitos dos animais. In SOUSA, A. **Redenção: novela naturista.** Porto: Edições Afrontamento, 2011, p. 5-59.

SINGER, P. **Como comemos: porque as nossas escolhas fazem a diferença.** Trad. de Isabel Veríssimo. Lisboa: D. Quixote, 2006.

SOARES, C. Transgressões gastronómicas: sobre o consumo de carne em Plutarco. In SOARES, C., FIALHO, M. C., (coord.). **Norma & Transgressão II.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 99-110.

SPENCER, C. **Vegetarianism: a history.** 2.^a ed. Londres: Grub Street, 2016.

STUART, T. **Bloodless revolution: a cultural history of vegetarianism from 1600 to modern times.** Nova Iorque, Londres: W.W. Norton & Company, 2006.

THOMAS, K. **Man and the natural world: changing attitudes in England 1500-1800.** Londres: Penguin Books, 1984.

TROTIGNON, D. Bouddhisme et végétarisme. **Revue Semestrielle de Droit Animalier.** Limoges. n. 1, p. 243-292, 2011.

TWIGG, J. **The vegetarianism movement in England (1847-1981): study in the structure of its ideology.** Tese (Doutoramento – London School of Economics) 1981. Disponível em: <<http://ivu.org/history/thesis>>. Consultado a 10 jan. 2016.

VIEIRA, F. A fotografia como prova documental da robustez dos vegetarianos, vegetarianos e frugívoros. **E-topia. Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia.** n. 5, 2006. Disponível em: <<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>. Consultado em 23 jan. 2024.